

O PMDB após a vitória de Covas

ARTUR DA TAVOLA *

Independente de causas pessoais e qualidades de ambos os concorrentes a líder do PMDB na Constituinte, para se interpretar politicamente o resultado que deu a vitória a Mário Covas, há que compreender a conjuntura e sua tela de inter-relações. O Congresso Constituinte tomou posse envolvido pelas seguintes questões:



* — A Emenda Constitucional que convocou a Assembleia Nacional Constituinte possui definitivas zonas de sombra, pois remeteu a discussão para o terreno da subjetividade no tocante à soberania da Assembleia e ao caso dos senadores eleitos em 1982 sem mandato popular específico para elaborar a Constituição Federal. Tais questões foram enfrentadas pela Assembleia e resolvidas, porém à custa de crises, temores, divisões, complexidades e cicatrizes.

* — Após mais de cinquenta anos de Poder Executivo forte, centralizador e autoritário, pela primeira vez suscitou-se novo pólo do Poder, como cabe às democracias, no legislativo: O Poder Constituinte. O infimo exercício deste Poder ou tão-somente a possibilidade de ser acionado, de imediato gerou reação paranoide, tomado que foi como ameaça. Desregulou-se o equilíbrio de poder que a inércia e o desuso habituaram a Nação a tê-lo no amanho exclusivo do Presidente da República e do Poder Executivo.

* — A Renovação de cerca de 62% do Parlamento gerou insegurança decorrente do desconhecimento (que ainda perdura) da sua verdadeira feição política-ideológica. Os agrupamentos de poder em exercício no Congresso e no Poder Executivo comportam-se, ainda, de modo inseguro diante do desconhecimento da tessitura interna do novo Parlamento, em particular da bancada do PMDB, a de mais complexa composição.

* — O PMDB preparou-se para obter a posição de partido majoritário, jamais para a hegemonia que por acidente lhe coube. Sua vocação libertária choca-se com as injunções hegemônicas e o partido no Congresso ainda não encontrou os mecanismos internos de autoconhecimento e da melhor e mais democrática forma de funcionamento. A hegemonia partidária indesejável em qualquer parlamento embora inevitável na atual conjuntura, precisa ser estudada, compreendida em suas implicações e superada pelo PMDB através do sadio funcionamento intrabancada. É uma força superior que, ignorada ou mal utilizada, voltar-se-á contra o partido.

* — A pletera de lideranças, todas, escolhidas ao início dos trabalhos de uma bancada de maioria novata, confundiu o PMDB, engendrando perigosas divisões em seu interior.

* — O conflito profundo e a luta por espaço político junto ao Poder Executivo entre PFL e PMDB que são sócios na formação do Governo ao mesmo tempo que adversários no campo político e ideológico, é fator de perturbação e divisão tanto do bloco governista na Assembleia, Câmara e Senado como no seio do Governo. A Aliança PMDB-PFL, fundamental para a estabilidade do regime recém-implantado, alimenta-se contudo, de uma diabólica dialética interna de mútua necessidade e mútua repulsão. São razões, ao mesmo tempo complementares e contraditórias, mais um dos paradoxos inerentes ao fato político. Paradoxal, mas real...

* — A tradição de Congresso fraco, alimentada por anos de tentativa de desmoralização de ação política, levou os primeiros cinquenta dias da Assembleia Nacional Constituinte, profícuos embora, a ser considerados, prematuros e injustamente, como fator de desilusão no cortejo das demais frustrações vividas pelo povo com o que se convencionou chamar de fracasso do Plano Cruzado. Alguns segmentos internos do Parlamento, desabitados às suas formas de funcionamento, somaram suas vozes às que de fora e pelas extremas, buscavam a desmoralização e o enfraquecimento tanto do Poder Constituinte hoje, quanto do Poder Legislativo, amanhã.

* — Quando a Assembleia Nacional Constituinte empossou-se o Governo já havia avançado — e muito — na institucionalização da democracia e estruturação de uma base social — liberal — responsável por prioridades na direção de segmentos oprimidos. Viviu um momento de consolidação do avanço quando sobreveio a crise decorrente de perturbações cambiais, do Plano Cruzado e da impopularidade. O Governo pois, vivia momento de consolidação, enquanto o Congresso empossado sentia-se no dever de realizar novos avanços para cumprir de modo cabal e insofismável os compromissos de praça pública. A bancada do PMDB, espremeida entre sua vocação de renovação e a compreensão da momentânea — mas paralisante — dificuldade de avanço do Governo, tem problemas para encontrar formas de convivência com este. O Governo que, prestigiado e forte estava, ao eleger-se a Assembleia Nacional Constituinte em novembro, não se encontrava, já, em igual situação quando da posse da mesma, vindo-se obrigado, inclusive, a improvisar mecanismos precários e sedícios de relacionamento com o Congresso.

* — Diante desta conjuntura de dificuldades, o PMDB passou a viver desconcertante alternativa: afastar-se do Governo, lançando-o nos braços de correlação de forças conservadoras ou ampará-lo através de apoio crítico, contudo obrigando-se a compreender-lhe limitações e as da conjuntura, transformando-se em partido consolidador do avanço conseguido no País, e — ao mesmo tempo — sem tão graves conflitos, no partido das bandeiras progressistas e democráticas, credenciado, por isso, a merecer o voto popular. A contradição em que vive o PMDB no Congresso não é, contudo, paralisante. Fazer política é operar com enigmas fazendo constantemente evoluir o processo.

— Cabe para finalizar, a reflexão de Victor Hugo: "Nada há mais forte, que uma idéia cuja hora sou".

— A hora é da implantação, solidificação e manutenção de uma democracia estável no País, jurídica, social, econômica e existencial. Nessa perspectiva PMDB e Governo podem e devem entrar em formas dinâmicas e críticas de integração em torno de programas comuns oriundos daquele. Estabelecida a democracia no Brasil e garantida a evolução do processo social, este, em graus e ritmos ditados pelo real se encarregará de prover no País a necessária justiça social para a qual a Constituição deve se constituir em roteiro. Tal desiderato, ideal no plano político, não deve ocorrer, porém, na elaboração da nova Constituição. Nesta, a Assembleia Nacional Constituinte deve viver um clima de completa independência sem quaisquer vinculações de conjuntura. Saber separar a natureza diversa da duplice tarefa é o desafio posto diante da bancada do PMDB na Constituinte.

* Deputado pelo PMDB do Rio de Janeiro

Humberto Souto cobra respeito ao compromisso

O deputado Humberto Souto (PFL MG) disse ontem que ao PMDB somente cumpre respeitar o acordo feito entre o presidente Ulysses Guimarães, o líder na Câmara, Luiz Henrique e o líder do PFL, José Lourenço, no sentido de garantir ao Partido da Frente Liberal os cargos de 1º vice-presidente e segundo secretário da mesa da Constituinte. Humberto disse que o acordo foi com o partido e não com pessoas e que o não cumprimento seria uma desmoralização para o PMDB.

O deputado mineiro, que foi escolhido 1º vice por aclamação na reunião do PFL, disse que o rompimento do acordo seria interpretado como mais uma derrota que um grupo do PMDB estaria impondo ao presidente Ulysses Guimarães, retirando deste qualquer poder para realizar negociações posteriores. Humberto não confirmou se o PFL está disposto a manter a sugestão do deputado Aluisio Chaves (PA) de não aceitar qualquer cargo que não os discutidos e acertados entre Luiz Henrique e José Lourenço.

Governo vai interferir na Constituinte

Dispondo hoje de uma base de apoio constituída por 307 parlamentares — "os xiitas do Sarney" como classificou um estrategista político do Palácio do Planalto — o Governo prepara-se para participar dos trabalhos da Constituinte, embora seus integrantes neguem, categoricamente, qualquer intenção de interferência. "Não vamos exercer qualquer interferência na Constituinte, que é soberana. Mas, seria ingenuidade imaginar que o Governo ficaria inerte ante os excessos ou tentativas de boicote", observou um assessor presidencial.



Covas, foco de atenção da esquerda e direita

Esta postura, o presidente José Sarney tem demonstrado claramente quando aborda o problema do relacionamento Governo/Constituinte. "A Constituinte é soberana, como tem de ser. Mas, como político, chefe da Nação e até como cidadão opinarei sempre que quiser sobre os trabalhos da Constituinte", adverte o Presidente. E esta tem sido a tônica de seus pronunciamentos, desde a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1º de fevereiro deste ano.

DIREITO X INFLUÊNCIA
Mas, quando o Presidente defende seu direito de opinar na Constituinte — direito aliás reconhecido pelo próprio líder do PMDB, senador Mário Covas, notoriamente um político independente — quer dizer muito mais. Por exemplo, que usará de todo o poder à disposição a fim de evitar atitudes acodadas ou inconseqüentes por parte de constituintes mais preocupados com os interesses individuais. "Alguém pode acreditar, por exemplo, que o Governo podendo impedir, como de fato pode, permitiria que os constituintes transformas-

sem o sistema político brasileiro num socialismo?" indagou um auxiliar do Presidente. Ele nega que exista uma estratégia de ação montada para influir na Constituinte mas garante que já há um esquema para acompanhamento dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Neste trabalho o papel do líder do Governo no Congresso, deputado Carlos Sant'Anna, merece destaque, na medida em que funcionará como ponte entre os congressistas e o Palácio do Planalto. E a função do tripresidente — do PMDB, da Câmara e da Constituinte — Ulysses Guimarães será fundamental na medida em que se considera que, em que pese todos os interesses do "presidenciável", ele fecharia com o Governo em qualquer questão de interesse da Nação.

Para acompanhar o trabalho da Constituinte, no entanto, o Palácio do Planalto se valerá fundamentalmente de duas frentes: o Gabinete Civil que fará os contatos formais com os parlamentares via a Assessoria Parlamentar, e do trabalho de articulação que vem sendo desempenhado pela filha do Presidente, Roseana Sarney Murad. Uma hábil política com trânsito fácil, principalmente junto a ala esquerda do PMDB e dos partidos comunistas.

Competirá à Assessoria Parlamentar do Gabinete Civil realizar o maior número possível de contatos com os constituintes objetivando captar as tendências que forem se cristalizando em relação às questões substantivas da Constituinte. Neste nível de acompanhamento, o ministro Mar-

co Maciel — que mesmo no caso de uma reforma ministerial será preservado — exercerá o importante papel de catalisador. Já Roseana Murad — embora fisicamente integrada ao Gabinete Civil — desempenhará um papel independente no relacionamento Governo/constituintes com vistas a ampliar ainda mais a base de apoio do Governo. Neste trabalho Roseana agirá como uma espécie de "desobstruidora" dos canais burocráticos da máquina administrativa para atender às reivindicações possíveis dos parlamentares.

MUITA FANTASIA

Na opinião de um ministro de Estado "está havendo hoje muita fantasia em relação ao papel do Governo na Constituinte". Segundo ele, isto ocorre em face da imaginação criadora mas viciada de alguns que num processo de catarse, atribuem manobras magníficas ao Palácio do Planalto. Pela desinformação ou má intenção não consideram que o Governo de fato usará de toda a munição disponível mas com vistas ao interesse maior do País. "E neste sentido, Governo e Constituinte devem caminhar juntos", afirmou o ministro.

Ele lembra que o projeto político do presidente Sarney — primeiro a reconhecer a forma acidental como foi parar na Presidência — é aproveitar a chance que o destino lhe reservou para passar à história como um grande estadista que conseguiu mudar a face deste País. "Sendo assim, concluiu o ministro, Sarney não poderá permanecer indiferente ou neutro, em relação à Constituinte que, do ponto de vista legal, traçará o novo perfil da Nação".

O gabinete também pode ajudar o líder

RITAMARIA PEREIRA
Da Editoria de Política

Os funcionários do gabinete do senador Mário Covas não veem a hora de trocar de endereço, deixando para trás as acanhadas salas da "Avenida Piauí" — nome da ala onde estão quase todos os gabinetes — pelas amplas acomodações do gabinete definitivo, na "Ala da Sorte", porque os que conseguem se instalar por lá como aconteceu com o então senador, José Sarney, sempre colhem êxitos nas suas carreiras. O endereço provisório, porém, não interferiu no destino de Covas, que reverteu as expectativas e é desde quarta-feira passada, o líder do PMDB na Constituinte. Mas se, antes mesmo de ser eleito, o movimento no seu gabinete já era intenso, agora ficou quase impossível conseguir um contato com ele antes de aguardar algumas horas.

Anteontem, dezenas de jornalistas disputavam uma entrevista exclusiva. A confusão era tamanha que eles próprios tomaram

a iniciativa de distribuir senhas, para que a fila tivesse alguma organização. Puro engano. Os deputados e senadores têm prioridades e o que detinha a senha de número UM entre os repórteres amargava, às 16 horas, uma espera de mais de oito horas. Mesmo assim, recebeu apenas um consolo pelas horas que ainda teria antes de começar suas perguntas: Covas prometeu que falaria, nem que fosse de madrugada.

O local, apertado e com pouca ventilação, reúne mais de dez funcionários e assessores, que muitas vezes são obrigados, por cortesia, a ceder suas cadeiras aos estranhos e trabalhar de pé. Mas, tudo se resolve com bom humor, gentilezas e palavras de estímulo. E de certa forma ameniza o desconforto. Para não ficar à toa, alguns visitantes até colaboram. Como o que se dispôs a grampear as cópias do discurso de Covas na bancada do PMDB, ao qual tem sido atribuída a virada das expectativas para que conquistasse o cargo de líder.

O gabinete privado do senador é maior, mas insufi-

ciente para abrigar os políticos que o procuram. E que eles chegam em grupos, levando de modo geral correligionários e pessoas que "precisam de uma palavrinha com o senador de oito milhões de votos". De certo modo constrangidos por furarem a fila, anunciam que serão breves. Outra esperança tola. O senador Leite Chaves (PMDB/PR), por exemplo, ocupou mais de meia-hora, quebrando a chance, já reduzida, dos demais.

Covas circula pelos corredores tendo à volta um bando de jornalistas que se desejam atender numa coletiva, dificilmente poderá ser em seu gabinete. Talvez porque a mudança para o novo gabinete esteja prevista para meados da próxima semana. Covas demonstra boa receptividade ao clima de confusão que se instalou à sua volta. Sempre sorridente, não se nega a atender quem quer que seja. E chegou a rir da situação de uma repórter, cujo gravador apresentou defeito e ele foi obrigado a marcar outra entrevista, em caráter de urgência, atestando sua boa vontade.

apesar de uma agenda tão apertada.

O novo gabinete, localizado na Ala da Sorte, como o foiclore político batizou o local privilegiado, de onde saíram três governadores, Alvaro Dias, Pedro Simon e Henrique Santillo, dois presidentes da República além de Sarney, Tancredo Neves, um líder de bancada (Alfredo Campos) e todos os que se candidataram em novembro foram eleitos. Mas enquanto aguarda, Covas aceitou se instalar na ala dos gabinetes comuns, batizada de Avenida Piauí porque só vai lá quem quer ou necessita. E exatamente no penúltimo gabinete, o que procura a uma longa caminhada.

A Ala da Sorte fica próxima do plenário, do restaurante, dos demais gabinetes de lideranças. Os gabinetes são poucos e muito disputados. No começo da legislatura o senador Edison Lobão, por exemplo, não conseguiu herdar o gabinete que era do ex-senador José Sarney, pois o líder do PFL, senador Carlos Chiarelli, chegou antes.